

4.1.4 Uma investigação sobre desindustrialização no Brasil entre as décadas de 1990 e 2010 e os efeitos sobre a criação de empregos na economia⁶.

Kevin Guilger da Silva Branco; Thiago Luis Alves Maia.

⁶ Este artigo é fruto da pesquisa de iniciação científica do aluno Kevin Guilger da Silva Branco, do curso de Graduação em Economia do Centro Universitário Italo Brasileiro.
Unifitalo em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

Uma investigação sobre desindustrialização no Brasil entre as décadas de 1990 e 2010 e os efeitos sobre a criação de empregos na economia.

K. G. S. BRANCO; T. L. A. MAIA

COMO CITAR O ARTIGO:

BRANCO, K.G.S.; MAIA, T.L.A. **Uma investigação sobre desindustrialização no Brasil entre as décadas de 1990 e 2010 e os efeitos sobre a criação de empregos na economia.** URL: www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html. São Paulo SP, v.11, n.4, p. 243-278, out/2021

RESUMO

O artigo investiga o debate sobre o desenvolvimentismo e a hipótese de desindustrialização no Brasil entre 1990 e 2010. O trabalho é apresentado em duas partes. Na primeira realiza-se uma revisão do debate sobre o desenvolvimentismo brasileiro a partir dos 1930. Na segunda realiza-se um resumo das discussões sobre a desindustrialização no Brasil entre as décadas de 1990 e 2010. Testa-se a hipótese se há ou não desindustrialização na economia brasileira através das estatísticas sobre a criação de emprego na indústria no período em questão. Entre 1990 e 2010, a participação da indústria apresentou queda expressiva, tendo em vista que no início da década de 1990 sua participação era 26% no emprego total, terminado o ano de 2010 com uma queda de 7% na participação do emprego total, finalizado em 19%. Conclui-se a partir disso que o Brasil presenciou um cenário que contribuiu para a perda da capacidade de geração de emprego relativo da indústria na economia. Nos termos metodológicos assumidos aqui, essa perda de importância da indústria representa que o Brasil passou por um processo de desindustrialização que ocorreu 1990 e 2010.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; desindustrialização; emprego.

ABSTRACT

The article investigates or debates the or developmentalism in the hypothesis of deindustrialization in Brazil between 1990 and 2010. Or it presents works in both parts. The first held - a review of the debate on Brazilian development since 1930. The second held - a synthesis of discussions on deindustrialization in Brazil was held between the 1990s and 2010. It is hypothesized that there is no deindustrialization The Brazilian economy through statistics on the creation of entrepreneurship in the sector in the period in question. Between 1990 and 2010, the participation of the industry is significant, considering that not in the beginning of the 1990s its participation was 26% of the non-commercial total, finished or year 2010, with the remaining 7% of the total participation. of the business, completed at 19%. It was concluded from the conclusion that Brazil witnessed a scenario that contributed to the loss of management capacity of the relative entrepreneurship of the industry in the economy. We assume here methodological terms, this loss of importance of the industry represents that Brazil went through a process of deindustrialization that took place in 1990 and 2010.

Keywords: Developmentalism; deindustrialization.

Um breve histórico sobre o desenvolvimentismo no Brasil

No início do século XX, as discussões que deram origem a formação de um pensamento econômico brasileiro surgem engajadas na defesa do desenvolvimento econômico. A consolidação propriamente dita de um arcabouço de ideias sobre desenvolvimento se dava através de emblemáticos debates.

Na década de 1940, por exemplo, Roberto Simonsen e Eugênio Gudin debatiam acerca de qual seria o papel do Estado à frente do desenvolvimento econômico no Brasil. A questão subjacente ao debate era descobrir, afinal, qual deveria ser o melhor caminho para buscar o crescimento econômico equiparando o progresso nacional ao visto em outros países.

No período em questão, também se deu o surgimento da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago, no Chile. Ela foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina e coordenar as ações voltadas ao crescimento econômico intensificando as relações econômicas dos países da região (PEREIRA, 2011, p. 3).

A instituição veio à tona a partir do descontentamento dos países latino-americanos por terem sido excluídos da ajuda do Plano Marshall à Europa e pelo consequente sucateamento de seus equipamentos industriais no pós-guerra. O conjunto teórico criado pela CEPAL buscou explicar as razões do atraso das economias latino-americanas por métodos que não eram contemplados, até então, na literatura

econômica mais tradicional. Pode-se dizer, por isso, que eles continham algum nível de originalidade (2011, p. 3).

O pensamento Cepalino tem como centralidade aquilo que ficou conhecido como uma visão bipartida do sistema econômico. Conhecida como análise centro e periferia, a tese estabelecia que a divisão internacional do trabalho tinha um tratamento diferente para cada país inserido na dinâmica produtiva internacional. Dessa forma, o progresso técnico não era uniforme para todos, mas sim desigual. Na medida em que os países ricos pertencentes ao centro do capitalismo elevavam a produtividade em todos os setores econômicos, os países mais pobres absorviam um progresso técnico inferior restrito ao setor exportador de matérias-primas (2011, p. 3).

A segunda tese dessa escola é a chamada deterioração dos termos de troca. Segundo a CEPAL, as relações de troca de produtos entre países do centro desenvolvido e os países periféricos provocavam uma depreciação direcionada do valor dos produtos agrícolas destes últimos. Ao passo em que os produtos industrializados produzidos por países centrais eram altamente valorizados, os produtos primários feitos pelos países da periferia caíam mais rapidamente em desvalorização e desuso (2011, p. 3).

Uma outra questão analisada pela CEPAL foi a inflação como problema estrutural. Segundo a instituição, a concentração fundiária no período pré-capitalista e a dupla pressão estabelecida pelo crescimento urbano e a expansão industrial tornavam a oferta de alimentos insuficiente face a demanda populacional por alimentos variados. Com isso, a CEPAL era contrária à hipótese liberal, que tratava a inflação como um problema conjuntural (2011, p. 4).

A CEPAL defendia um planejamento estatal e um protecionismo forte para compensar o atraso industrial dos países periféricos. A implantação de tarifas e subsídios seria um meio eficaz de equilibrar a diferença de produtividade entre produtos locais e importados (2011, p. 4).

Para a CEPAL, os países da periferia teriam uma tendência ao desemprego estrutural. Segundo a instituição, o desemprego nos países latino-americanos ocorreria, pois, o progresso técnico independe da oferta de trabalho e a disponibilidade de capital – uma vez que o domínio tecnológico não era gerado no Brasil, mas, sim, importado. Deste modo, o empresariado latino-americano não se preocupava em contratar uma extensa mão de obra, haja vista que a técnica importada economizaria esse investimento que é escasso por parte dos empresários (2011, p. 4).

Além desses problemas, esses países também sofreriam de uma tendência ao desequilíbrio externo. Segundo a CEPAL, a alta sensibilidade aos preços dos produtos exportados pelos países da periferia, e a necessidade de importar bens de capital e outros insumos intermediários não presentes no mercado interno colaboravam para a existência de desequilíbrio externo das economias periféricas (2011, p. 5).

A CEPAL defendia um amplo programa de substituições de importação. A comissão entendia o processo de crescimento econômico a partir da industrialização. Para esta, era necessário substituir o padrão de crescimento exógeno pelo endógeno, sustentando-o pela indústria substitutiva de importações. Primeiro, a produção deveria se basear em bens de consumo tradicionais com baixa densidade tecnológica e pouco investimento para depois avançar para a produção de bens de consumo

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

duráveis e bens de capital. O desequilíbrio externo ainda se faria presente, mas seria remediado na medida em que a indústria fosse evoluindo (2011, p. 5).

As teses Ceplinas tiveram boa penetração nas políticas econômicas dos países da América Latina, como o Brasil. Porém, as teorias da CEPAL traziam consigo limitações herdadas da teoria econômica clássica que deixam de analisar a natureza das relações de classe do modo de produção capitalista. A escola Cepalina não desenvolveu teoria de acumulação de capital, nem de distribuição de renda. Conforme explica Mantega (1992):

“Essas medidas deveriam modificar a estrutura econômica da periferia, propiciando a elevação e retenção da produtividade, e, finalmente, resultar em alterações na estrutura social e política a partir da extensão dos benefícios do desenvolvimento para a maioria da população. Mas, será que a plena implantação das relações de produção capitalistas conduziria, automaticamente, aos benefícios sociais postulados pela CEPAL? Na prática, a resposta revelou-se negativa à medida que aumentavam a concentração de renda e as desigualdades sociais dessas populações ao longo dos anos 50” (MANTEGA, 1992, p.41).

Um dos principais debates subsequentes às discussões trazidas pela CEPAL foi feito por Celso Furtado. A sua principal preocupação do autor foi explicar o atraso dos países periféricos, especificamente analisando o caso do Brasil, como um desdobramento da expansão das economias europeias. Conforme explica Pereira (2011), conclusão a que chegou Furtado, foi a de que as teorias do crescimento da época não possuíam fundamento suficiente para explicar esse problema (2011. p. 4).

Furtado enxergava um problema estrutural entre acumulação de capital e a forma como isso se relacionava nas classes sociais dessas economias. As contribuições de Furtado ajudaram a repensar as teses Cepalinas sobre vantagens comparativas quando da inserção de países emergentes no mercado internacional. O autor foi também um dos maiores entusiastas das teses que posicionavam a necessidade de ampliação da participação do Estado na busca pelo desenvolvimento (2011. p. 4).

Em Furtado, a indústria brasileira não era insignificante antes da grande depressão econômica de 1929-30. A indústria do café foi um braço forte para o recrudescimento desse setor no Brasil. Essa especificidade da economia brasileira foi o que serviu para, segundo Furtado, ajudar no surgimento da infraestrutura do país, atrair mão de obra estrangeira e contribuir para o crescimento da renda interna (PEREIRA, 2011 p. 10)

Para Celso Furtado, o Estado passou a estimular o desenvolvimento de indústrias específicas por causa da escassez de insumos e matérias-primas básicas, embora não houvesse ainda uma posição política favorável à industrialização em geral (2011, p.12)

No período posterior, uma profícua literatura sobre desenvolvimento evoluía no Brasil. Entre estas, a teoria dos choques adversos serviu de instrumento para compreender os impulsos industriais de modo empírico. Esses choques eram conturbações no cenário externo mundial, os quais propiciariam oportunidades de alavancar o parque industrial em setores otimistas com relação à expansão produtiva. Por exemplo, os efeitos da primeira guerra mundial, a crise de 1929/30 e a segunda guerra foram responsáveis por produzir entraves à importação de bens variados. Em meio a essa adversidade

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

externa, bens de capital passaram a ser produzidos internamente (PEREIRA, 2011 p. 11).

Devido à demanda aquecida, a impossibilidade de importar os produtos necessários para a produção gerou uma busca por bens substitutos dentro do país. Desse modo, esses choques serviram de benefício para que países tivessem autonomia com relação à sua indústria.

Há, contudo, teorias que apontam para uma explicação contrária. Para W. Dean (1976), a industrialização foi impulsionada pelas exportações em cenários externos opostos aos citados pela teoria dos choques adversos. O autor verificou correlação entre períodos nos quais as exportações tiveram altos índices de lucratividade em anos de estabilidade mundial com os mesmos períodos em que a indústria apresentou crescimento considerável (1976, p. 5).

Com isso, para o autor, é possível afirmar que há uma conexão direta entre os rendimentos industriais e o rendimento dos bens exportáveis. Pois, na medida em que estes países se tornam responsáveis por financiar a infraestrutura em escala nacional, também contribuem para uma liquidez baseada na moeda dólar (US\$) que atrai mão de obra estrangeira. Desse modo, a correlação entre o desempenho positivo das exportações e a indústria não pode ser negada totalmente (PEREIRA, 2011, p. 12)

A teoria dos choques adversos se estabelece no conjunto de ideias que defendem influência do contexto externo no movimento dinâmico das economias dos países periféricos. Porém, a relação entre comércio internacional e desenvolvimento econômico encontrou representação principalmente na Teoria de Dependência formulada e

discutida por vários autores.⁷ A tese em si resume-se em afirmar a existência de certa linearidade entre os setores internos e externos das economias do centro e periferia. Segundo analisaram, o subdesenvolvimento na América Latina era tido com especificidades dependentes da interação com o sistema econômico/social internacional. Em sua análise sobre o Brasil, os autores explicam que o subdesenvolvimento possuía características próprias, tais como o latifúndio cafeeiro escravagista, que culminavam numa desenvoltura diferente dos países centro (CARDOSO & FALETTO 1970, p. 25).

Na medida em que a industrialização era induzida pelos ganhos do café, e este estava inserido na divisão internacional do trabalho, mesmo com seus preços otimistas, tinha seus limites dados pela deterioração de câmbio entre centro e periferia. Sendo assim, havia um entrave para os exportáveis e, conseqüentemente, para a indústria (1970, p. 25)

A interpretação que prevalece sobre o Brasil no período era a de que o seu desenvolvimento econômico foi tardio pois havia falhas na missão da indústria em estabelecer-se na produção de bens sem depender das importações. Nesse sentido, a presença do Estado deveria servir como incentivador da industrialização, aplicando, em alguma medida, instrumentos específicos de incentivos a fim de superar os problemas decorrentes do baixo crescimento que se identificava nesses países (PEREIRA, 2011, p. 12).

Década perdida e redemocratização

⁷Os autores mais difusos em território nacional foram Fernando H. Cardoso e E. Faletto (1970). Todavia, as obras que penetraram a discussão política em escala mundial foram dadas por autores como Ruy M. Marini (2000), André Gunder Frank (1966) e Teotônio dos Santos (1969).
Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

Entre os anos 1970 e 1980 houve um cenário econômico externo instável. Com o decorrer da crise nos países desenvolvidos, os países periféricos acabaram sendo submetidos às políticas de juros abusivas pelos governos dos países centrais (GOMES BARBOSA, 2019, p. 7).

Diante das barreiras internacionais, os governos dos países na época procuraram buscar estímulos internos e relações que se estabeleceriam principalmente com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses acordos tiveram como objetivo combater a inflação e estimular a produção nacional.

Surgiram, contudo, contrariedades nos planos de expansão da economia. Alguns, por exemplo, contemplavam estímulos e entraves às exportações ao mesmo tempo. De todo modo, os superávits comerciais – tidos como metas - foram atingidos entre 1980 até 1985, mesmo que estes tenham ocorrido mais pela queda das importações do que pelo aumento das exportações, embora estas tenham tido sua relevância (2019, p. 8).

É preciso entender que nesse momento o modelo de governo da Ditadura Militar estava esgotado frente à união populacional. O surgimento do movimento "Diretas-Já" trazia a esperança de que a redemocratização resolveria desde a inflação até os problemas menores. Com a vitória de um colégio eleitoral que elege Tancredo Neves e José Sarney, o impulso das massas perdeu força. Com o falecimento de Tancredo Neves – enfraquecendo ainda mais o otimismo da união populacional -, a presidência passou a ser exercida por José Sarney (2019, p. 8).

Após as eleições, o país buscava instaurar novas medidas em busca do desenvolvimento econômico e contenção da inflação. Os Planos Cruzado I e II foram muito ambiciosos graças à sua principal

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

ferramenta de controle inflacionário: o congelamento dos preços – tido com maus olhos por entusiastas do mercado (2019, p. 8).

O controle inflacionário foi bem-sucedido no 1º Plano, porém, a persistência inflacionária apontava que o mal não foi totalmente cortado pela raiz. A inflação foi controlada por um tempo, mas, sem pacotes brutos de investimento durante o congelamento de preços, os problemas foram reaparecendo em forma de desabastecimento e depois aumento gradativo dos preços (2019, p. 18).

O país ainda presenciou a aplicação de uma série de outros planos: o Plano Cruzado II, Plano Bresser, política " Feijão com Arroz" e Plano Verão. Todos esses tiveram pouco sucesso enquanto o país progredia para a hiperinflação somada ao desemprego (2019, p. 8).

Apesar dos problemas estruturais, entre 1984 e 1985, a economia atingiu o crescimento de 5,4% e 7,8% respectivamente. As reservas internacionais do país atingiam, em 1985, um valor de US\$ 11,6 bi. Havia nesses anos iniciais de " Nova República " um momento de alívio pós crises internacionais, que facilitaram, com a menor restrição externa, queda do preço do barril de petróleo e desvalorização do dólar, o prosseguimento dos planos nacionais na medida do possível (2019, p. 8).

Abertura econômica e controle da inflação

A década de 1990 é marcada de início pela disputa presidencial entre Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva. Com a vitória de Collor, uma nova sequência de planos econômicos foi implementada. Os planos Collor I e II buscavam novamente controlar a inflação (GOMES BARBOSA, 2019, p. 29).

Devido às articulações que culminaram no confisco da poupança e na revelação de esquemas de corrupção, Fernando Collor de Melo acabou destituído da presidência no final de 1992. Seu vice, Itamar Franco, assumiu o posto, e prosseguiu com as reformas.

Na época, o titular do Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, juntamente com uma equipe de economista, buscou implementar uma nova tentativa de plano visando o equilíbrio inflacionário, o Plano Real. Ao sugerir uma nova moeda, o real (R\$), o governo sugeriu um método combinado com controle cambial e moeda indexada (2019, p. 29).

Diante do sucesso da estabilização da inflação com o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso se elege presidente do Brasil em 1995. Seu governo é marcado por um amplo processo de privatização e abertura comercial (2019, p. 19)

O governo Fernando Henrique Cardoso alinha os segmentos políticos do país com os pilares do Consenso de Washington. Sendo o combate à inflação o objetivo principal de FHC, o desequilíbrio externo foi uma adversidade constante em seu governo.

Sem o devido apoio das exportações, o aumento nas importações acabou por deixar essa avaria no quadro da época. Somado a esse desequilíbrio, ocorre no Brasil, segundo Giambiagi, Villela, Lavínia B. Castro e J. Hermann (2011), uma crise fiscal: houve ao longo do período de 1995-1998, uma deterioração dos indicadores de endividamento, tanto externo como público (GOMES BARBOSA, 2019, p. 19).

De todo modo, mesmo com o país encaminhando para uma maxidesvalorização da moeda e as entidades internacionais deixando de dispor do financiamento da dívida nacional, o último governo FHC foi capaz de firmar um acordo com o FMI e permitiu que a moeda flutuasse.

A estrutura bem firmada na relação Brasil/Fundo se deu basicamente pela vasta privatização ocorrida no país, que aliviou as contas públicas e relaxou o aparato Estatal pelo menos até as crises de 2001 (GOMES BARBOSA, 2019, 19).

Giambiagi et all. (2011) aponta que as medidas de 1999 deram ferramentas para combater as adversidades: inflação era combatida pela administração da taxa de juros, o câmbio se ajustaria em caso de crise o Balanço de Pagamentos e o superávit primário se calibraria caso houvesse crescimento da dívida pública. A administração da economia através do chamado tripé macroeconômico, foi um dos pontos principais da condução da economia naquele período.

Crescimento via commodities e “reprimarização” da pauta de exportações

Com o fim do governo de Fernando Henrique, o quadro econômico de inflação estava estabilizado. Em 2022 Luis Inácio Lula da Silva acaba eleito. Sua candidatura havia se sustentado através do comprometimento com as mais diversas causas sociais, fato que gerou temor de investidores brasileiros e internacionais preocupados também com histórico passado do candidato (GOMES BARBOSA, 2019, p. 37)

O medo do que um político de esquerda poderia fazer no comando do executivo de um país deixou principalmente o mercado financeiro e outros agentes ressabiados. Todavia, o que se tem no primeiro mandato do governo Lula, especialmente no primeiro ano, foram compromissos com os agentes de mercado. Lula lança uma aberta ao povo brasileiro destinada ao mercado, mostrando seu compromisso com as regras do "jogo" (2019, p. 37).

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

O então presidente traz para o Ministério da Fazenda Antônio Palocci e Henrique Meirelles para o Banco Central. A dupla acabou por reafirmar o acordo com o FMI acerca da meta da inflação. A base de controle se baseava na correlação entre taxa básica de juros e os indicadores inflacionários. Essa âncora inflacionária acabou por ser muito usada pela principal entidade monetária do país, sendo que a taxa partiu do valor de 5,8%, em dezembro de 2002, para 14,4%, em março de 2004 (2019, p. 41)

No período, a volta do BNDES como financiador de empresas nacionais, suspendeu o processo de privatização como regra e fomentou a produção da Petrobrás. Mesmo com tais medidas, os indicadores demonstram que a economia foi brevemente sustentada pelas exportações. Com isso, a economia mais dependente de exportações primárias deixou de lado parte dos investimentos, além de precisar contar com um cenário externo viável (2019, p. 41).

Beneficiado de certo modo pelos preços de commodities, Lula tem o governo bem avaliado e ganha a eleição para um segundo mandato. Em 2007, o Governo lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que seria responsável por garantir investimentos – ausentes no primeiro governo - e superar os gargalos na infraestrutura do país, principalmente o setor de transporte e energia. As exportações lideraram a economia principalmente pela euforia chinesa, que comprava produtos primários brasileiros (2019, p. 41).

Nessa medida, entre 1990 e 2010 ocorreram mudanças estruturais que conduziram a modificações econômicas que influenciaram economistas a questionar se estaria ocorrendo uma “reprimarização” da pauta de exportações brasileira. No período, as exportações de produtos primários passaram a superar em termos

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

relativos de importância as exportações de produtos manufaturados, tornando enfraquecida a indústria brasileira levando a sua conseqüente desindustrialização (2019, p. 41).

As discussões sobre o que ocorria na indústria no Brasil desenvolveram teses polarizadas sobre o fato. Essas discussões categorizam-se fundamentalmente entre dois veios teóricos: os que acreditam que o Brasil sofria uma desindustrialização precoce na década de 90, e aqueles que defendiam que o Brasil passou por um processo de transformações industriais cuja conseqüência não trouxe efeito negativo para a produção. Na seção a seguir examina-se mais pontualmente esse debate (2019, p. 41).

Desindustrialização

Na literatura encontram-se algumas definições para o termo desindustrialização. Uma delas é o conceito clássico de Rowthorn e Ramaswany (1999), que definem a desindustrialização como uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Segundo essa tese, a desindustrialização seria uma etapa pela qual os países centrais teriam passado a se desindustrializar a partir da década de 1970, ao passo que os países periféricos teriam experimentado esse processo a partir de 1990. A desindustrialização, portanto, seria visto como um estágio natural do capitalismo. A medida que as economias tornam se mais maduras e desenvolvidas, aumentariam a importância do setor de serviços comparativamente ao da indústria (ROWTHORN&RAMASWANY,1999, p. 2).

Alternativamente, Tregenna (2009) explica que a desindustrialização seria uma etapa na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente (OREIRO & FEIJÓ, 2010, p. 3)

Examinando o caso do Brasil, Marquetti (2002) explica que a indústria de transformação brasileira teria passado por um processo de desindustrialização nas décadas de 1980 e 1990 tanto em termos da participação do emprego como da participação no valor adicionado. Para o autor, a desindustrialização ocorrida nesse período teria sido consequência do baixo investimento realizado na economia brasileira, particularmente na indústria (MARQUETTI, 2002, p.2)

Examinando o caso do Brasil, Nassif (2008) aponta que o país não teria passado por desindustrialização, mas sim por um processo amplo de realocação de recursos da indústria para outro setor que se baseia em recursos naturais. Segundo Oreiro e Feijó (2019, p. 8), o conceito de desindustrialização de Nassif seria equivocado, pois estaria associando o conceito diretamente aos processos que culminam em casos de doença holandesa. Nesse caso, o termo se refere aos países que ficam à mercê de exportações de produtos sem densidade tecnológica enquanto que a indústria é deixada de lado pelos investidores que foram atraídos para esses setores com maior liquidez (OREIRO & FEIJÓ, 2010, p. 3).

Devido as diferentes adaptações de modelos e entendimentos de conceitos para examinar a hipótese de desindustrialização, entendemos que nesse campo metodológico o debate apresenta uma lacuna. Por essa razão, de modo oportuno, elabora-se uma abordagem simplificada para estudar a hipótese de desindustrialização. Na seção a seguir explica-se a metodologia aqui utilizada.

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

Metodologia

A discussão a respeito da desindustrialização no Brasil concentra-se principalmente na investigação sobre a perda de importância da indústria ao longo do tempo. Uma das missões mais importantes da indústria no mundo econômico desde seu surgimento é sua capacidade de gerar empregos. Por essa razão, uma forma de estudar a perda de sua relevância é investigar os efeitos na qualidade da criação de empregos na economia. Por essa razão, neste trabalho, testa-se a hipótese de haver ou não desindustrialização na economia brasileira através do estudo sobre as estatísticas de criação de emprego na indústria em relação a geração de empregos totais.

Decidimos por essa estratégia, pois entendemos que entre os conceitos e métodos de desindustrialização utilizados pelos autores estudados, analisar a evolução do emprego industrial sintetiza um bom indicador que nos permite saber se a indústria perdeu relevância ou não ao longo dos anos.

O método utilizado no tratamento de dados tem base em Estatística Descritiva. Através desse método conseguiremos condensar e sintetizar as informações de modo prático e funcional.

Isso será feito através de utilização de parâmetros de média, cálculos de variação e demais recursos que a estatística descritiva traz para nos auxiliar nesse processo.

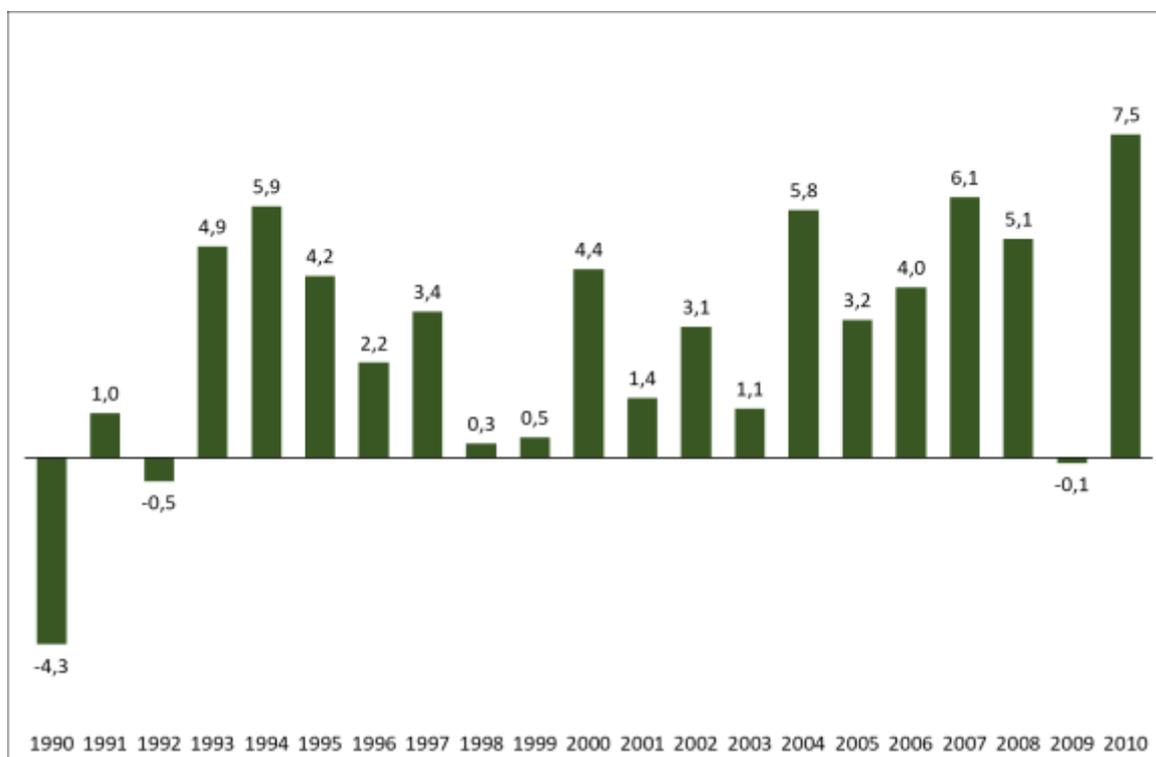
Através dessas estatísticas pretende-se calcular a seguinte relação de indicadores: **A1)** número total de empregos gerados no Brasil; **A2)** número total de empregos industriais gerados no Brasil; **B)** participação do emprego industrial no emprego total gerado no Brasil; **C1)** taxa de crescimento percentual anual do emprego na Indústria; **C2)**

a taxa de crescimento percentual anual do emprego no Brasil; **D1)** taxa de crescimento do Produto Interno Bruto Industrial; **D2)** taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil. Todas as estatísticas são apresentadas e analisadas na seção a seguir através de gráficos e os dados utilizados são apresentados também em tabelas no apêndice.

Uma análise do emprego na indústria entre 1990 e 2010.

O PIB do Brasil indicava uma taxa de -4,3% com relação ao ano anterior em 1990. Em 1991, o país apresenta uma evolução positiva de 1%. O valor, mesmo não muito representativo em si, demonstra uma progressão de 3,3% em um ano em que a inflação atingia altos níveis. Embora o valor de 1991 seja otimista, o quadro volta a apresentar uma queda logo em 1992, com uma taxa de -0,5%. Já no biênio 1993/94 o PIB apresenta crescimentos consecutivos de 4,9% e 5,9% respectivamente. A primeira variação parece ser novamente otimista uma vez que a progressão percentual a partir de 1992 foi de 4,4 pontos, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico - 1 - Produto Interno Bruto do Brasil - var. real anual - % a.a. - 1990-2010



Fonte: IBGE, elaboração nossa.

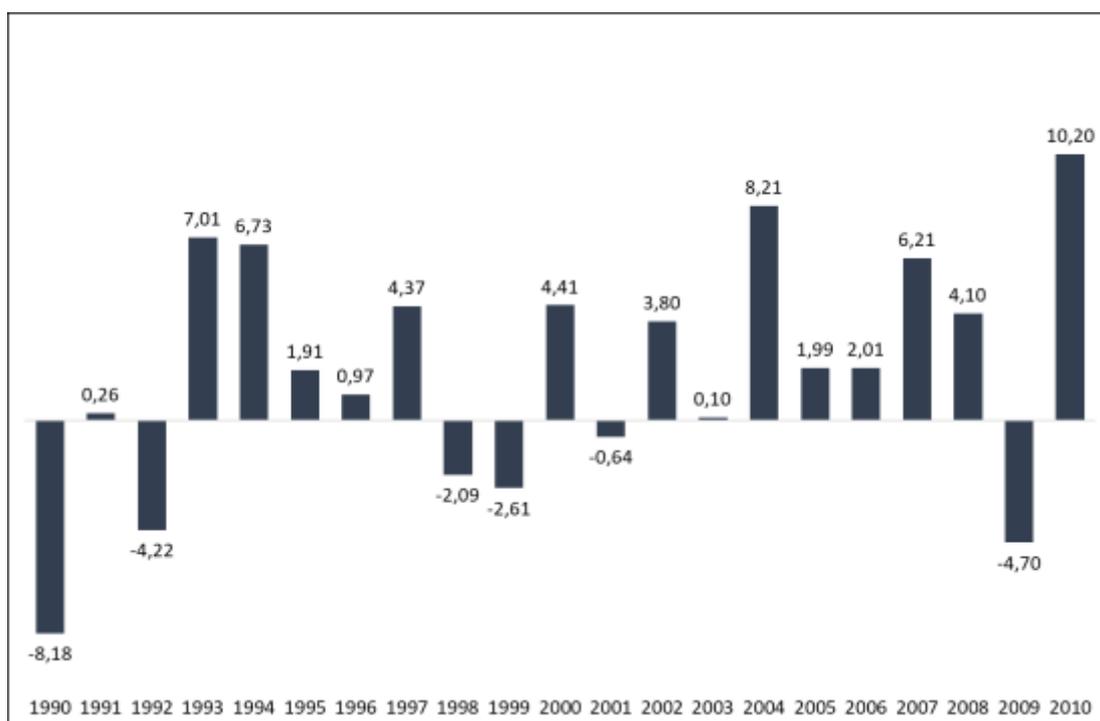
Nos anos 1995/96, o PIB apresenta duas quedas seguidas, e uma recuperação já em 1997, que não perdurou até o ano seguinte, quando a série mostrou variação para 0,3% (1998). Um crescimento significativo é visto apenas em 2000, ano com produção equivalente a 4,4%. Esse foi o maior valor apresentado pela economia desde 1994.

Novamente após o crescimento de 2000, a crise energética prejudica a produção nacional. O apagão de 2001 foi uma crise que afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica no país inteiro. As consequências desse problema se sintetizam na queda do Produto para 1,4% ao fim do ano. Já em 2002, novamente uma recuperação é

vista, mas de forma muito breve. No ano de 2003, o PIB cai para 1,1%, valor ainda menor do que o apresentado durante o apagão.

Em 2004, o valor do Produto sobe para 5,8%. Mais uma queda ocorre no ano seguinte, mas já em 2006/07 há dois crescimentos que superam o quadro da década anterior. Já na crise financeira de 2008/09, o PIB cai, porém, atinge crescimento de 7,5%, em 2010, quando o país retoma o crescimento devido à alta nas exportações.

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto da Indústria - var. real anual - % a.a. - 1990-2010



Fonte: IBGE, elaboração nossa.

O PIB industrial possui padrões semelhantes aos do Produto total da economia. No primeiro ano da série, o setor já indica uma variação negativa semelhante ao gráfico 1. No segundo ano, igualmente ao PIB do Brasil, o PIB Industrial apresenta uma leve recuperação. Porém, ela cessa em 1992.

De 1993 até 1996, a variação se mantém positiva, mas seguindo uma tendência retrativa, sempre decaindo. Chegando em 1997, ano em que ocorre a crise asiática, há uma breve recuperação do Produto, que ainda segue os padrões do PIB geral.

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

Nos dois anos que se seguem (1998/99), a indústria volta a atingir variações negativas em sua produção ao passo em que a economia como um todo apresenta crescimento, mesmo que baixo, conforme apresenta o gráfico 2.

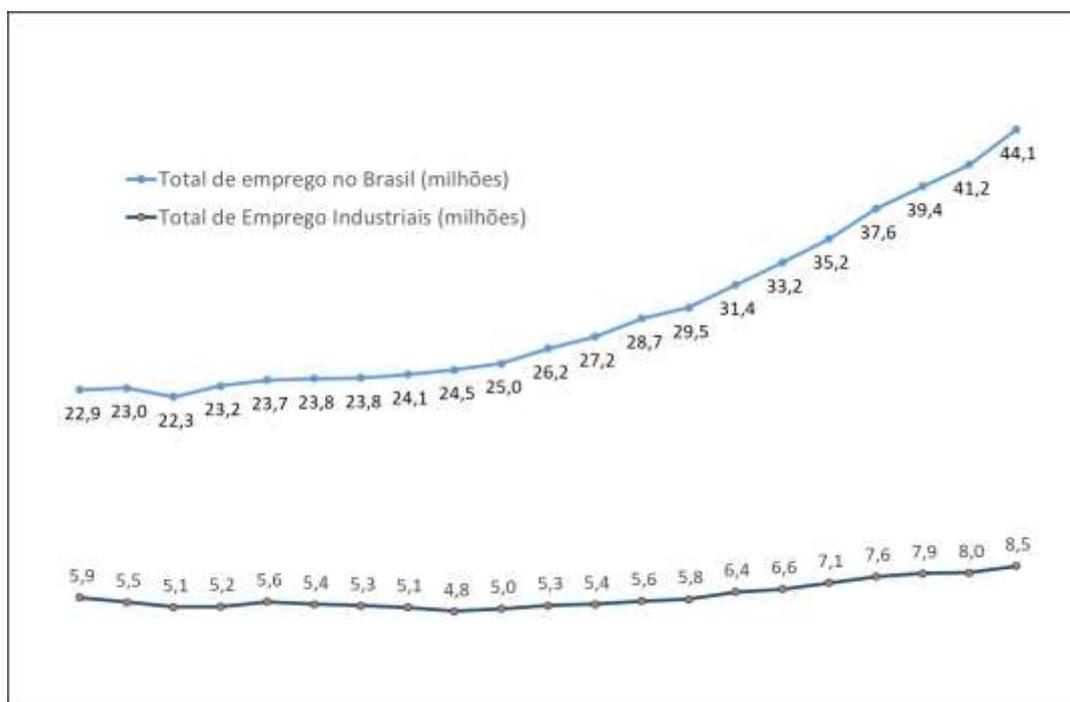
Só no ano 2000 que as duas variações voltam a se equiparar novamente, quase que de forma literal. A indústria apresenta um crescimento muito otimista em comparação com o desempenho na década anterior. Mas o crescimento não perdura. Dos 4,41% de 2000, no ano seguinte a Produção cai para -0,64%. Em 2001 todos os setores foram duramente penalizados pela crise energética.

Após a crise de energia, a indústria consegue recuperar sua produção, indicando 3,8% em 2002. Já em 2003, a taxa cai para 0,1%.

Em 2004, o setor aumenta sua produção, indicando 8,21%, pouco menos que três pontos percentuais acima da produção geral. O salto é muito breve. Já no biênio seguinte (2005/06) o PIB se mantém por volta dos 2%, ficando novamente abaixo da produção total. O crescimento aparece apenas em 2007, com 6,21%, e em 2008, com 4,1%.

Em 2009, devido à crise financeira, a indústria volta a ser penalizada. Semelhante às relações anteriores, esse setor apresentou queda muito maior que o PIB total, -4,7%. O último desempenho tão baixo da série só foi visto em 1992. Mas a produção permaneceu negativa por pouco tempo. O Brasil conseguiu contornar a crise global de maneira rápida, e a indústria mostrou recuperação novamente com crescimento de 10,2% em 2010.

Gráfico 3- Total de empregos no Brasil e na Indústria - em milhões - 1990-2010



Fonte: RAIS, IBGE, elaboração nossa.

Analisando comparativamente a relação de criação de emprego entre o setor industrial e o total, observamos que o primeiro começa a série com quedas consecutivas mais constantes do que o segundo. Quando se criava empregos totais, o setor industrial comprimia sua capacidade. E quando se comprimia a capacidade total, a indústria também o fazia.

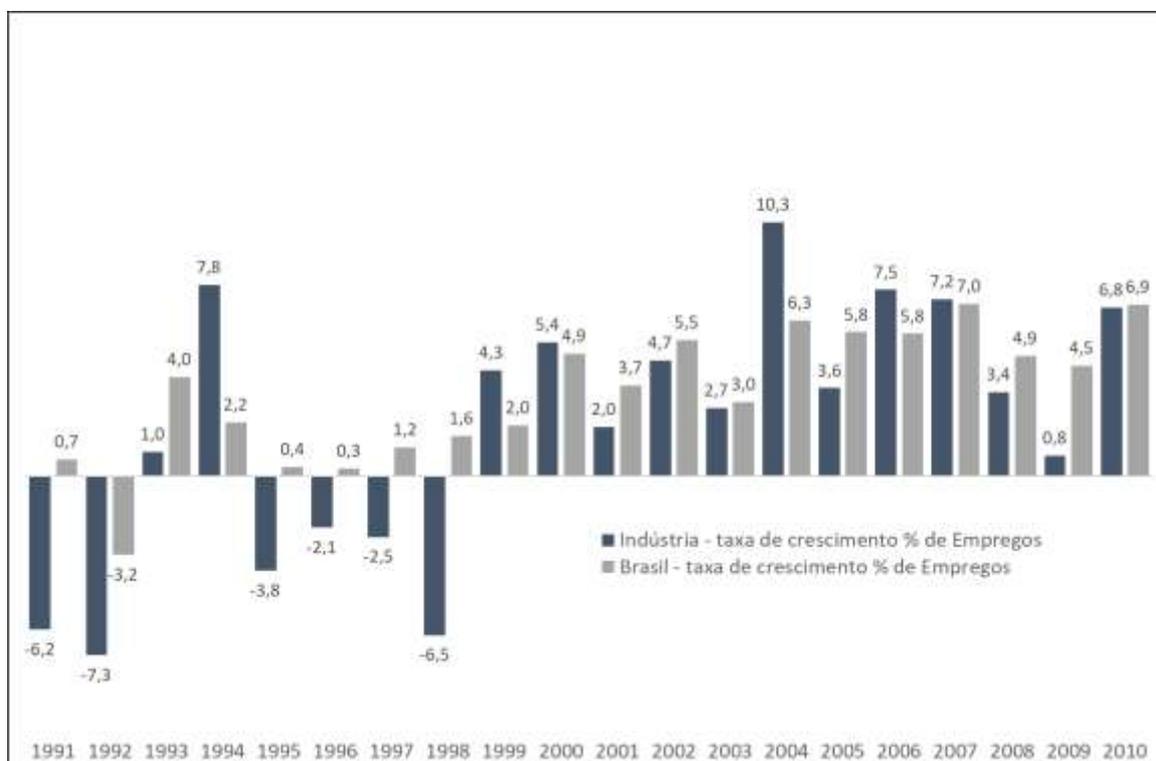
A partir de 1993 não se vê, no total de empregos, quedas na criação de vínculos empregatícios. O valor tomou um rumo de crescimento exponencial. Enquanto que o setor isolado não foi capaz de aumentar tanto o seu espaço ao fim do período.

Os empregos industriais seguiram quedas e crescimento na década de 90. Sendo que o seu crescimento levou alguns anos a mais que o dos empregos totais para se estabilizar. E quando atingiu essa estabilidade, não acompanhou o padrão de crescimento do resto do Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

país. Contudo, a indústria seguiu com a criação de empregos em crescimento.

Ambas as variações passaram pelas conturbações econômicas do cenário nacional e internacional. O Brasil como um todo seguiu numa tendência estável quando se analisa os empregos gerados ano a ano. Porém, o setor industrial não demonstrou uma capacidade muito expressiva no período.

Gráfico 4 - Crescimento dos empregos no Brasil e na Indústria- var anual - % a.a. -1990-2010



Fonte: IBGE - elaboração nossa.

O gráfico 4 mostra um retrato da criação de empregos que a indústria foi capaz de oferecer na primeira década do período analisado. A retomada do crescimento na década seguinte contou com muitas oscilações.

Variações negativas, nesse caso, apresentam uma indústria que, além de não gerar mais empregos, destroi os já existentes. Nos três primeiros anos da série estudada, o número inicial de trabalhadores no setor, pouco menos que 6 milhões, se reduziu para quase 5 milhões.

Conforme mostra o gráfico 4, a década de 90 possui pouca contribuição do setor industrial, com uma exceção apenas em 1994, ano em que a taxa de crescimento do emprego no setor foi superior quase que quatro vezes mais se comparada com o emprego total.

Mesmo com o PIB mantendo variações positivas nesses anos, percebe-se, analisando a taxa geral de empregos, que a criação de empregos nesse momento era um problema crônico e a indústria também apresentou um mal resultado. O contexto de privatização ocorrido na década pode ser um dos motivos para tal.

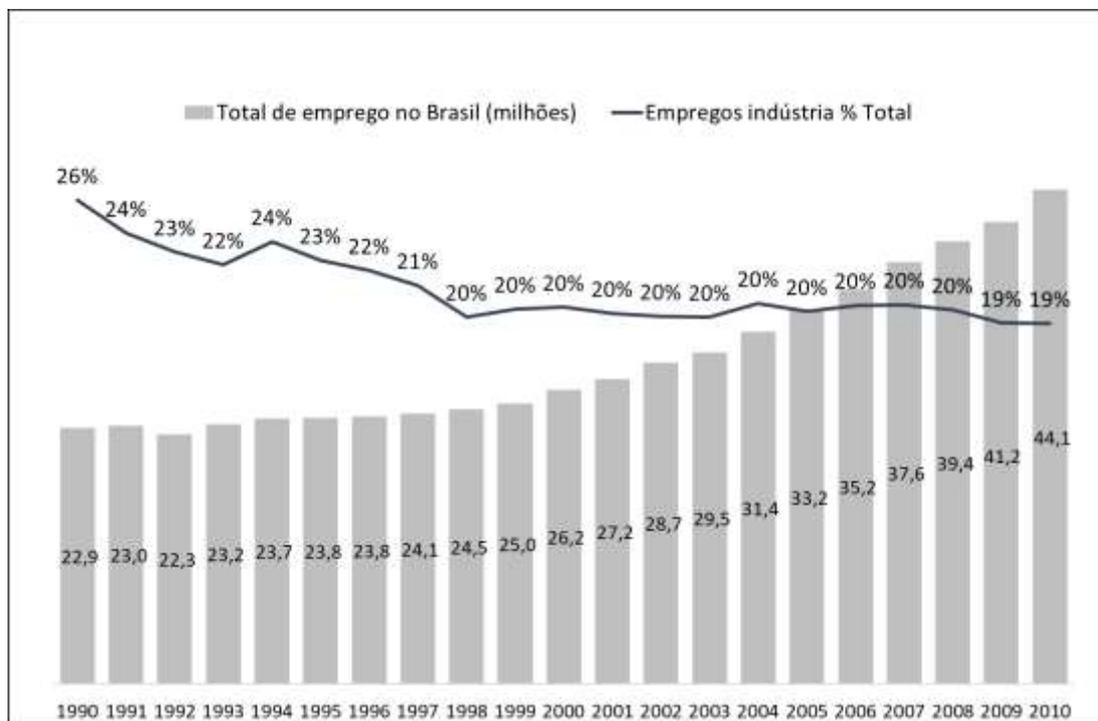
Os dez anos posteriores mostram uma indústria já estável para ofertar trabalho. Em alguns anos da série, a taxa de variação industrial excedeu a taxa total de empregos, como por exemplo em 2000, 2004, 2006 e 2007.

Todas as variações do setor são positivas e não apresentam nenhuma disparidade grotesca em relação a taxa geral, à exceção de 2009, ano em que a indústria retraiu sua produção devido à crise, mostrando novamente o meio pelo qual se contornava as adversidades. Neste ano, foram feitas diversas concessões sobre trechos rodoviários e linhas de transmissão. Foram implementados alguns poucos programas de fomento industrial, como a volta do BNDES, por exemplo. Como já vimos, o fomento não ofereceu medidas muito efetivas enquanto o desmonte industrial se fazia por meio de vendas que geravam entraves para a continuidade do desenvolvimento do setor.

Mesmo com a taxa de variação da criação de empregos industriais atingindo números altos e excedendo a outra variável da série em poucos momentos, uma análise conjunta do gráfico 3 e 4 mostra que essas porcentagens, em milhões, e comparadas com o total, não denotam um valor muito expressivo. O fato das porcentagens atingirem 10,3%, por exemplo, não significa que a indústria esteja alocando muitos trabalhadores repentinamente. A variável atinge valores do tipo unicamente pela relação matemática, sem necessariamente os valores em milhões mudarem muito.

Entre 2003 para 2004 a variação da taxa industrial subiu de 2,7% para 10,3%, enquanto que a taxa geral subiu de 3% para 6,3%. Nestes anos, criou-se 600 mil novos empregos na indústria, enquanto que o Brasil como um todo criou 1,9 milhão, valor 3 vezes maior, mesmo com variação menor.

Gráfico 5 - Participação do emprego industrial no total Empregos do Brasil - 1990-2010



Fonte: RAIS, IBGE, elaboração nossa.

Conforme foi exposto na metodologia, procura-se aqui estudar a hipótese de desindustrialização a partir da participação do emprego industrial no emprego total. Os gráficos 3 e 4 apresentam que o emprego industrial cresce, e o gráfico 2 apresenta a produção do setor mesmo com algumas adversidades.

O gráfico 5 apresenta mais particularmente essa relação. No período em questão, o número de empregados aumentou a partir de um certo momento, e a produção seguiu firme no final do período. Mesmo com o setor sendo capaz de criar empregos, estes foram muito baixos em comparação quantitativa com o resto do país.

De 1995 para 1996 não houve mudança quantitativa nos empregos totais, mas a relevância industrial desceu em 1% do mesmo modo.

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

O gráfico mostra que o emprego total quase que duplicou no recorte de vinte anos, enquanto que o industrial expandiu em pouco mais que dois milhões. Ou seja, criava-se empregos no país, porém pouquíssimos no setor industrial.

A maior queda indicada é vista na primeira década do período, quando a participação desceu de 26% para 20%.

Entende-se aqui que indústria conseguiu manter um Produto estável espelhado no PIB total, e que a mesma ofertou pouco emprego. Mesmo com o número de trabalhadores do setor crescendo aos poucos, sua participação relativa decaiu.

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo estudar o debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro desde a década de 1930, e investigar a importância da indústria testando a hipótese de sua desindustrialização entre 1990 e 2010.

Para tal, buscou-se apresentar um brevíssimo resumo das discussões de formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro, passando pelos principais períodos econômicos até 2010, quando o debate se concentrou em discutir se havia ou não uma “reprimarização” da pauta exportadora brasileira e, por conseguinte, a hipótese de desindustrialização da indústria do país.

Nas análise realizada, verificou-se uma queda nos percentuais de geração de emprego da indústria no período estudado. E também houve uma perda de relevância relativa na contribuição deste setor com a geração de empregos como um todo. Nos anos de impacto econômico negativo, a criação de empregos total também foi penalizada e seguiu

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.4, out/2021.

uma variação reduzida. Porém, já em tempos de estabilidade, o Brasil retomou a oferta de trabalho em níveis sem precedentes, ao passo em que a indústria permanecia quase que imóvel na taxa de crescimento de criação de empregos.

Entre 1990 e 2010, a participação da indústria apresentou queda expressiva, tendo em vista que no início da década de 1990 sua participação era 26% no emprego total, terminado o ano de 2010 com uma queda de 7% na participação do emprego total, finalizado em 19%.

Portanto, conclui-se que o Brasil presenciou um cenário que contribuiu para a perda de importância relativa da indústria na economia. Nos termos metodológicos assumidos aqui, essa baixa capacidade de geração de emprego representa que o Brasil passou por um processo de desindustrialização que ocorreu 1990 e 2010.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. "Entre inconformismo e reformismo". Revista de Economia Política. São Paulo: brasiliense, v.9 (4), out-dez. 1989.

GIAMBIAGI, Fábio. Et All. Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015). 2ª ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2011.

GOMES BARBOSA, Glaudinor. "Economia Brasileira Recente (1980-2019)". 1ª ed. Recife. Even3 Editora. 2019.

MANTEGA, Guido. "A Economia Política Brasileira". 7ª ed. Rio de Janeiro. Vozes. 1992.

MARQUETTI, Adalmir. (2002). "Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955- 1998". Estudos Econômicos, Vol. 32, N.1.

NAKAHODO, Sidney Nakao; JANK, Marcos Sawaya. A falácia da "doença holandesa" no Brasil. (Documento de pesquisa). Disponível em: www.iconebrasil.org.br

NASSIF, André. (2008). "Há Evidências de Desindustrialização no Brasil?". Revista de Economia Política, Vol. 28, N.1.

OREIRO, J. L. C.; FEIJO, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política (Impresso), v. 30, p. 219-232, 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>. Acesso em: 08 de mar de 2021.

PEREIRA, José M. D. "Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil". Cadernos do desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121 – 141, jul. – dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/issue/view/15>>. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

ROWTHORN, Robert E.; WELLS, John R. De-Industrialization and Foreign Trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R "Growth, Trade and Deindustrialization". IMF Staff Papers, Vol. 46, N.1. 1999.

SIMONEN & GUDIN. Robert & Eugenio. "A controvérsia do planejamento na economia brasileira". 3ª edição. Brasília. IPEA, 2010.

TREGENNA, Fiona. (2009). "Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally". Cambridge Journal of Economics, Vol. 33.

APÊNDICES

Tabela 1

ano	Empregos em mil		idicador A1	idicador A2
	Brasil	Indústria	Total de emprego no Brasil (milhões)	Total de Emprego Industriais (milhões)
1990	22.859.826	5.918.383	22,9	5,9
1991	23.010.793	5.549.637	23,0	5,5
1992	22.272.843	5.146.186	22,3	5,1
1993	23.165.027	5.196.982	23,2	5,2
1994	23.667.241	5.599.884	23,7	5,6
1995	23.755.736	5.384.691	23,8	5,4
1996	23.830.312	5.271.975	23,8	5,3
1997	24.104.428	5.141.530	24,1	5,1
1998	24.491.635	4.808.881	24,5	4,8
1999	24.993.265	5.014.356	25,0	5,0
2000	26.228.629	5.285.321	26,2	5,3
2001	27.189.614	5.390.932	27,2	5,4
2002	28.683.913	5.642.941	28,7	5,6
2003	29.544.927	5.798.033	29,5	5,8
2004	31.407.576	6.395.084	31,4	6,4
2005	33.238.617	6.623.012	33,2	6,6
2006	35.155.249	7.122.536	35,2	7,1
2007	37.607.430	7.632.278	37,6	7,6
2008	39.441.566	7.891.146	39,4	7,9
2009	41.207.546	7.955.299	41,2	8,0
2010	44.068.355	8.499.202	44,1	8,5

Fonte: RAIS, IBGE, elaboração nossa.

Tabela 2

Indicador B	Indicador C1	Indicador C2
Empregos indústria % Total	Indústria - taxa de crescimento % de Empregos	Brasil - taxa de crescimento % de Empregos
26%		
24%	0,7	-6,2
23%	-3,2	-7,3
22%	4,0	1,0
24%	2,2	7,8
23%	0,4	-3,8
22%	0,3	-2,1
21%	1,2	-2,5
20%	1,6	-6,5
20%	2,0	4,3
20%	4,9	5,4
20%	3,7	2,0
20%	5,5	4,7
20%	3,0	2,7
20%	6,3	10,3
20%	5,8	3,6
20%	5,8	7,5
20%	7,0	7,2
20%	4,9	3,4
19%	4,5	0,8
19%	6,9	6,8

Fonte: RAIS, IBGE, elaboração nossa.

Tabela 3

Indicador D1	Indicador D2
PIB - indústria - var. real anual - (% a.a.)	PIB - preços de mercado - var. real anual - (% a.a.) IBGE
-8,18	-4,3
0,26	1,0
-4,22	-0,5
7,01	4,9
6,73	5,9
1,91	4,2
0,97	2,2
4,37	3,4
-2,09	0,3
-2,61	0,5
4,41	4,4
-0,64	1,4
3,80	3,1
0,10	1,1
8,21	5,8
1,99	3,2
2,01	4,0
6,21	6,1
4,10	5,1
-4,70	-0,1
10,20	7,5

Fonte: RAIS, IBGE, elaboração nossa.